

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: Desembargador **DANIEL NEGRY**

**Tabela 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JAN A DEZ/2007**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JAN A DEZ/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	86.291.886,43	-
Pessoal Ativo	80.060.181,62	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.231.704,81	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.632.707,52	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	3.631.325,02	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.382,50	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	82.659.178,91	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	82.659.178,91	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	2.781.449.456,04	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,97	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	166.886.967,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	158.542.618,99	

FONTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA / SEFAZ-TO (RCL)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Tabela 6 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**

**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO/2007**

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		R\$ 1,00	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.958.898,99	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	989.548,32
Caixa	-	Depósitos	10.375,96
Bancos	2.122.457,46	FUNJURIS (Outros Credores)	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.364.962,48	Restos a Pagar Processados	
FUNJURIS		Do Exercício	793.821,48
Aplicações Financeiras		TRIBUNAL DE JUSTIÇA	185.350,88
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Convênios	225.764,27	FUNJURIS	
Outras Disponibilidades Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Recursos próprio do FUNJURIS - (fonte (40) Valor em poder do Tesouro Estadual)	245.714,78		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.969.350,67
TOTAL	3.958.898,99	TOTAL	3.958.898,99
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA			606.344,30
FUNJURIS			583.667,18
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.779.339,19
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
Caixa		Depósitos	
Bancos		Restos a Pagar Processados	1.190.011,48
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas Vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras		<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>	
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			1.779.339,19

FONTE:

Nota:

Tabela 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar

**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO/2007**

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	-	793.821,48	-	606.344,30	-
F U N J U R I S	-	185.350,88	-	583.667,18	-
<b>TOTAL</b>		<b>979.172,36</b>		<b>1.190.011,48</b>	<b>-</b>

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  
 (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) 2.969.350,67

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Fonte (00)	-	793.821,48	-	606.344,30	
F U N J U R I S - Fonte (040)	-	185.350,88	-	583.667,18	
<b>TOTAL</b>		<b>979.172,36</b>		<b>1.190.011,48</b>	

FONTE: Balanço Geral do Tribunal de Justiça e Funjuris.

Nota:

Tabela 8 - Demonstrativo dos Limites

**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**3º QUADRIMESTRE/2007**

LRF, art. 48 - Anexo VII			R\$ 1,00
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Despesa Total com Pessoal - DTP	82.659.178,91	2,97	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	166.886.967,36	6,00	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	158.542.618,99	5,70	
<b>DÍVIDA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Total das Garantias			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos			

FONTE:

Des. DANIEL NEGRY  
 Presidente  
 CPF nº. 008.158.451-20

Gizelson Monteiro de Moura  
 Diretor Financeiro  
 CPF Nº . 789.318.861-78

Ronilson Pereira da Silva  
 Diretor de Controle Interno  
 CPF Nº 402.177.793-87

Manoel Lindomar A. Lucena  
 Contador  
 CRC DF-9642/T-TO